

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RENATA SOUZA ZOMERFELD

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA):
INSTRUMENTO PARA A MEDIÇÃO DO PRODUTO INTERNO
BRUTO (PIB)

Dourados/MS

2016

RENATA SOUZA ZOMERFELD

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA):
INSTRUMENTO PARA A MEDIÇÃO DO PRODUTO INTERNO
BRUTO (PIB)**

Projeto de pesquisa apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para aprovação da disciplina de Trabalho de Graduação II.

Orientador Dr António Carlos Vaz Lopes

Banca Examinadora:

Professor Ms.Rafael Martins Noriller

Professora Glenda de Almeida Soprane

Dourados/MS

2016

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA):
INSTRUMENTO PARA A MEDIÇÃO DO PRODUTO INTERNO
BRUTO (PIB)

RENATA SOUZA ZOMERFELD

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Dr António Carlos Vaz Lopes

Ms. Rafael Martins Noriller

Glenda de Almeida Soprane

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e pelas oportunidades me concedida.

Agradeço ao meu orientador Professor António Carlos Vaz Lopes pelo todo ensinamento dado a mim.

Não posso dispensar agradecimentos a minha mãe pela força e pela compreensão dos momentos de ausência.

Aos meus amigos de curso que sempre me ajudaram nos momentos de dificuldade durante o curso de graduação de Ciências Contábeis.

RESUMO

As empresas têm o propósito de gerar bons resultados para agentes internos e externos, com isso buscam maior transparência através das Demonstrações Contábeis. A Demonstração do Valor Adicionado é uma ferramenta da contabilidade que mostra a origem do lucro e a sua distribuição na sociedade. Sendo assim, são apresentadas duas empresas do Estado de Mato Grosso do Sul, Sanesul e Energisa, com a finalidade de identificar o quanto essas empresas contribuíram para o Produto Interno Bruto do Estado durante o ano de 2013 a 2015, e como são distribuída suas riquezas entre os agentes econômicos. As principais fontes de coletas de dados foram através de sites e livros, sendo uma pesquisa descritiva, usando uma análise documental com abordagem qualitativa. Com o resultado do estudo, concluiu-se que a empresa que mais contribuiu para a economia do Estado de MS foi a empresa Energisa, gerando em média 1,17% de PIB ao Estado, a distribuição do Valor Adicionado dela é destinada maior parte a conta Impostos, seguida de Remuneração de Capitais de Terceiros mostrando um endividamento da empresa, em terceiro lugar fica com a conta Pessoal com 11% e Remuneração de Capitais Próprios em terceiro lugar com 3%. Já a empresa Sanesul contribuiu com de 0,25% no PIB, a maior destinação da riqueza foi para a conta Pessoal com média de 43%, mostrando grande contribuição para geração de renda, mesmo com receitas menores que a Energisa, seguida da conta Impostos com 29%, Remuneração de Capitais Próprios com 24%, e 4% com a conta Remuneração de Capitais de Terceiros.

Palavra-chave: Demonstração do Valor Adicionado; Produto Interno Bruto; Riqueza

ABSTRACT

Companies are intended to generate good results for internal and external agents, thus seeking greater transparency through the financial statements. The Added Value Statement is an accounting tool that shows the source of income and its distribution in society. So you will have two state companies of Mato Grosso do Sul, Sanesul and Energisa, in order to identify how these companies contributed to the Gross Domestic Product of the state during 2013-2015, and how are they distributed their wealth among economic agents. The main sources of data were collected through websites and books, and a descriptive research, using a document analysis with a qualitative approach. With the result of the study, it was concluded that the company that contributed to the economy of the MS state was Energisa company, generating on average 1.17% of wealth to the state, the distribution of her Added Value is intended mostly to Taxes account, followed by Third Party Capital Compensation showing a debt of the company, is in third place with a personal account with 11% and Equity Compensation third with 3%. Already Sanesul company contributed 0.25% of GDP, the largest allocation of wealth was for Personal account with an average of 43%, showing great contribution to income generation, even with lower revenues that Energisa, then the tax account with 29% Compensation Equity 24%, and 4% with regard to third parties' assets.

Keyword: Value Added Statement; Gross Domestic Product; Wealth

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Trabalhos publicados sobre DVA.....	14
Quadro 2 – Modelo Balanço Social.....	20
Quadro 3 – Modelo de DVA.....	23
Quadro 4 – Distribuição do Valor Adicionado.....	25
Quadro 5 – Fórmula PIB.....	28
Quadro 6 – Conciliação entre produção e venda.....	30
Quadro 7 – Demonstração do Valor Adicionado empresa Sanesul.....	35
Quadro 8 – Demonstração do Valor Adicionado empresa Energisa.....	37
Gráfico 1 – Média da distribuição da riqueza da Sanesul.....	42
Gráfico 2 – Média da distribuição da riqueza da Energisa.....	42

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do Valor Adicionado com Pessoal.....	40
Tabela 2 – Distribuição do Valor Adicionado com Impostos, Taxas e Contribuições.....	41
Tabela 3 – Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais de Terceiros.....	41
Tabela 4 – Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais Próprios.....	42
Tabela 5 – Análise do Produto Interno Bruto em relação ao Valor Adicionado.....	44
Tabela 6 – Percentual do Valor Adicionado em relação ao Produto Interno Bruto.....	44

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI - Consumo Intermediário

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

DMPL - Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido

DRA - Demonstração do Resultado Abrangente

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

DVA - Demonstração do Valor Adicionado

GEMEM - Gerência de Monitoramento Ambiental

IBASE - O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econ micas

IBGE - Associa o Brasileira de Normas Técnicas

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

ICMS - Imposto sobre circula o de mercadorias e serviços

PIB - Produto Interno Bruto

PIS - Programas de Integra o Social

SCN - Sistema de Contas Nacionais

SEMADE - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

VP - Valor de Produ o

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	13
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 REVISÃO TEÓRICA	16
2.1 CONTABILIDADE.....	16
2.2 BALANÇO SOCIAL.....	17
2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	20
2.3.1 <i>Conceito</i>	20
2.3.2 <i>Objetivo Da DVA</i>	21
2.3.3 <i>Legislação da DVA</i>	21
2.3.4 <i>Modelo DVA</i>	22
2.3.5 <i>Formação do Valor Adicionado</i>	24
2.3.6 <i>Distribuição do Valor Adicionado</i>	24
2.4 VALOR ADICIONADO	26
2.5 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	27
2.5.1 <i>Relação entre DVA e o PIB</i>	28
3 METODOLOGIA.....	31
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	31
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA/ POPULACAO-ALVO/AMOSTRA/UNIDADE DE ANÁLISE	32
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	32
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	33
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	34
4.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA EMPRESA SANESUL E ENERGISA.....	34
4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA EMPRESA SANESUL E ENERGISA.....	40
4.3 ANÁLISE DA MÉDIA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DE TODOS OS SETORES DA EMPRESA SANESUL E ENERGISA.....	42
4.4 ANÁLISE DO PRODUTO INTERNO BRUTO EM RELAÇÃO AO VALOR ADICIONADO.....	43
5 CONCLUSÃO.....	45
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Valores que até aos anos 90 eram julgados sem importância ou intangível, como a transparência e a responsabilidade com a sociedade, após 90 é sinônimo de triunfo entre a competitividade das empresas no mercado.

As organizações estão buscando serem transparentes em seus negócios, tentando mostrar um maior retorno para a sociedade, pois cada vez mais os empresários estão compreendendo que ser claro em suas ações os ajudarão a prosperarem, terem mais credibilidade, e confiabilidade (FIGUEIREDO, 2012).

E é nesse contexto que a Contabilidade vem para ajudar, possibilitando trazer informações importantes sobre a vida da empresa. Segundo o estudo elaborado pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e divulgado pela Comissão dos Valores Imobiliários (CVM):

Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação a entidade objeto de contabilização. [...] escolhemos como usuário preferencial o externo à entidade, constituídos, basicamente, por: acionistas; emprestadores de recursos, credores em geral e integrantes do mercado de capitais [...] (DELIBERAÇÃO CVM N.º 29/86, p. 1-2).

A DELIBERAÇÃO CVM N.º 29/86, p. 1, também indica a quem se destina, “Conceitua-se como usuário toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade [...]”

Dentro da Contabilidade existem quatro dimensões de estudo, segundo a FIPECAFI (*apud* IUDICIBUS, 2000, p.46) “a entidade que é o objeto da contabilidade, é dividida em quatro dimensões: jurídica, econômica, organizacional e social”.

A Contabilidade na visão social que tem função de fornecer informações em relação à gestão social, medindo o impacto da entidade na sociedade, trazendo uma importante contribuição para as empresas e para a sociedade, através do Balanço Social e sua parte integrante, a Demonstração do Valor Adicionado (DE LUCA, 1998)

Sobre esse merecimento no mercado, De Luca (1998, p. 21) menciona que “A Contabilidade, numa visão social, está vinculada a responsabilidade social da empresa. Assim, numa abordagem social, o objetivo da contabilidade é fornecer informações para permitir aos seus usuários uma avaliação dos efeitos das atividades da empresa sobre a sociedade onde está inserida”

Sobre o Balanço Social De Luca (1998, p. 26), ele ressalva:

O Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente”

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é parte integrante do Balanço Social, que tem importância para medir o desempenho social e econômico das organizações, a sua função é esclarecer a riqueza criada pela empresa e sua distribuição (DE LUCA, 1998).

Além de a DVA informar o quanto à empresa contribuiu a sociedade através do pagamento de impostos ao governo, a remuneração dos empregados, acionistas, e quantia paga em juros, ela também tem a função de ser objeto de estudo para cálculo do Produto Interno Bruto - PIB.

O PIB por sua vez, é um indicador econômico que mensura a riqueza do País, ou de uma região específica. Santos e Hashimoto (2003, p. 155) expressa que “a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado pelas empresas teria como primeira e importante consequência a geração de informação para subsidiar a árdua tarefa de estimar o PIB do país”

Sobre esse raciocínio Iudicibus (1990, p.4) comenta que:

Em sua estrutura a Demonstração do Valor Adicionado é muito parecida com o esquema de contas de renda nacional. (...) Conceitualmente, todavia, se todas as atividades econômicas desenvolvidas do País fossem desenroladas em entidades que levantassem demonstrações a valor adicionado, (...) a consolidação de tais informações, excluídas as duplas contagens, já seria o próprio PIB, muito mais corretamente estimado do que atualmente.

Com base nessas citações, pode-se dizer, que a DVA é um demonstrativo útil para as empresas e sociedade, evidenciando informações de caráter econômico e social, mas também é de grande valia para o Governo que pode analisar através dessas informações a contribuição que cada entidade gera para sua região.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Para que as empresas sobrevivam, necessitam serem transparentes e terem saldos positivos dentro do mercado.

As demonstrações contábeis são ferramentas para que haja uma visão dos negócios da empresa, a Demonstração do Valor Adicionado é de grande valia para a ampliação das formas de se analisar uma empresa, por trazer informações financeiras e sociais, como exemplo, a origem de sua riqueza e de que forma é distribuída entre a sociedade, além de ser um medidor para o Produto Interno Bruto, pois a soma do valor adicionado de um país ou região é o próprio PIB.

Dentro desse contexto, pretende-se encontrar elementos para entender respostas para a seguinte questão: Qual é a contribuição das empresas Sanesul e Energisa para composição do Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar qual a contribuição na composição do PIB de Mato Grosso do Sul, das empresas Sanesul e Energisa, utilizando-se da DVA dos períodos de 2013 a 2015.

1.2.2 Objetivos Específicos

Procurando alcançar o objetivo geral da pesquisa foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Verificar a distribuição da riqueza das empresas analisadas, observando se há diferença significativa na sua forma de divisão entre os agentes econômicos.
- Analisar a evolução da geração e da distribuição da riqueza, com o uso da análise horizontal, verificando se houve aumento ou diminuição de valores de um ano para o outro.
- Analisar a evolução da geração e da distribuição da riqueza, com o uso da análise vertical, mostrando o que cada conta e agente econômico representam em relação à receita gerada.

1.3 JUSTIFICATIVA

As empresas estão buscando divulgar o maior número de informações possíveis, buscando assim uma maior transparência. Para Legnari (2014) diretor do IBRACON, ser transparente é caso de sobrevivência das empresas, não de modismo. De Luca (1998. P.17) ainda ressalta:

[...]. Sabe-se que a empresa, além de ser um agente econômico com missão de produzir riqueza, é também uma agente social, como um dos componentes da sociedade, deve prestar contas dos demais. A sociedade vem cada vez

mais exigindo respostas dos problemas socioeconômicos decorrentes do desempenho das empresas.

E é nesse âmbito que a contabilidade e a DVA contribuem com essa transparência. Para Santos (2007, p. 11) “[...]. Um dos principais objetivos da contabilidade é de oferecer informações a respeito da vida das empresas”

Nesse sentido, verifica-se que algumas questões da transparência e contabilidade, ficam a desejar, pois conforme a Lei nº 6.404/76 somente as empresas de capital aberto são obrigadas a publicarem as Demonstrações Contábeis e com isso há uma grande dificuldade no acesso à transparência das demais empresas, criando certa complexibilidade para a verificação do desempenho econômico e social de regiões e países, assim como o cálculo do PIB.

Dessa forma, o Quadro 1 mostra alguns trabalhos publicados que são relacionados a esse tema.

AUTOR	PESQUISA	RESULTADO
Tinoco e Moraes (2008)	Objetivo da pesquisa foi analisar através da Demonstração do Valor Adicionado a carga tributária das empresas Petrobras, Banco Itau e Sadia, assim como demonstrar como é feita a distribuição do valor adicionado dessas empresas. Estudo feito por meios de análise dos relatórios anuais publicados pelas empresas Petrobras, Banco Itau e Sadia no ano de 2003 a 2007.	Observou que a partir da DVA as empresas podem elaborar uma série de indicadores de desempenho, tais como: valor adicionado por filial, controlada etc., contribuição do DVA ao produto interno bruto – PIB; aos orçamentos do Estado; ao balanço de pagamentos do País; taxa de valor adicionado bruto; taxa de variação total do valor adicionado bruto; valor adicionado bruto por hora e por centro de resultado; produtividade do trabalho, etc. Evidenciou que a Petrobras foi a empresa que mais gerou valor adicionado, seguida do Banco Itaú e da Sadia. No que concerne a carga tributária a empresa que mais contribuiu para os cofres do governo foi a Petrobras com cerca de 59% no exercício de 2007, enquanto que o Banco Itaú contribuiu com 35% nesse exercício, e a Sadia com 37% em 2004.

Dias (2016)	<p>Objetivo da pesquisa foi verificar o destino do Valor Agregado pelas dez maiores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil com ações negociadas na BM & FBOVESPA. Estudo documental que se deu por meio da análise das Demonstrações do Valor Adicionado dos anos de 2010 a 2014, publicadas e disponíveis no site da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA)</p>	<p>Concluiu-se que a categoria Governo destina-se o maior percentual do valor adicionado, chegando a atingir percentuais acima de 60% da destinação do valor agregado pela empresa. Portanto, conclui-se que devido a uma alta carga tributária imposta ao setor de distribuição de energia elétrica, tem como consequência um alto percentual de destinação do valor agregado pelas empresas, restante do valor agregado fica dividido entre os demais elementos que financiam as empresas para a gerir suas atividades, ou seja, são eles: terceiros, acionistas e pessoal.</p>
Streck (2015)	<p>Objetivo da pesquisa foi analisar a distribuição dos recursos captados pelas entidades do setor financeiro listadas na BM&Fbovespa nos anos de 2010 e 2014. Efetuada por meios da análise das DVAs disponibilizadas no endereço eletrônico da BM&Fbovespa</p>	<p>Após a análise, identificou-se que a maior parte da distribuição das riquezas foi para a conta Pessoal, e a empresa que mais distribuiu riquezas para a conta Pessoal foi a BRB BCO DE BRASILIA S.A. O segundo maior destino do valor adicionado foi para Remuneração de Capitais Próprios, e a empresa ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A foi a maior nesse segmento. As demais destinações do valor adicionado, ficaram com Imposto e Remuneração de Capitais de Terceiros, sendo as empresas BCO BTG PACTUAL S.A e BCO ABC BRASIL S.A com maiores porcentagens respectivamente.</p>

QUADRO 1 – Trabalhos publicados sobre DVA.

Fonte: Elaborado a partir de Tinoco e Moraes (2008), Dias (2016) e Streck (2015)

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE

A Contabilidade surgiu para prover informações verdadeiras sobre o patrimônio das organizações aos diversos usuários, proporcionando conhecimento econômico e social das empresas.

Franco (1997, p.21) conceitua Contabilidade como:

(...) ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientações – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômicas decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

De acordo com Marion (2007, p.26) “O objetivo da contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade [...] bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras”

O propósito da contabilidade é de expor informações, proporcionando a análise, o planejamento e a tomada de decisão.

A Contabilidade tem por objetivo oferecer informações a respeito das empresas, e os meios de comunicação e informação é através das demonstrações contábeis.

O CPC 26 (2011, p. 05) fala sobre essas demonstrações:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Essas demonstrações são classificadas pelo CPC 26 (2011) como: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração do fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas

Além dessas demonstrações, tem especialmente as informações de caráter social, que tem por objetivo fornecer informações que auxiliam na sua transparência com os usuários externos, para que possa atuar de forma efetiva e eficiente no mercado, como exemplo: o seu cuidado com o meio ambiente, geração de empregos, qualidade de seus produtos e aspectos de caráter ético.

Tinoco (2008, p. 115) comenta a relação da contabilidade social com os usuários externos:

[...] responsabilidade social corporativa, ou cidadania empresarial, como também chamada, enfatiza o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem (*stakeholders*): empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidade.

Para Kroetz (1999, p. 33) “Na realidade, em termos da contabilidade social, busca-se a verdade (impactos) sobre a circulação da riqueza entre a entidade e a sociedade – causa e efeito”

Ashley (2003, p.6) comenta sobre a responsabilidade social:

Compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o Desenvolvimento Sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, Responsabilidade Social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Essas informações de natureza social é uma das maneiras de demonstrar a benfeitoria da empresa em favor da sociedade, que é representada através da elaboração do Balanço Social, onde contém segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 87) “[...] informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais [...]”, evidenciando o desempenho dela aos diversos usuários.

2.2 BALANÇO SOCIAL

Antes dos anos 60 as Demonstrações Financeiras eram direcionadas apenas para o uso dos proprietários, após anos 60 transformaram-se em informações externa para acionistas, sócios, governo, entre outros. Como essa demonstração era insuficiente no caráter social, trabalhista e ambiental, foi criada nos anos 70 na Europa a demonstração contábil chamado Balanço Social. (GONÇALVES, 1980; TINOCO, 1984)

O Balanço Social é um demonstrativo criado pelas entidades com propósito de tornar pública a responsabilidade social das empresas, contendo várias informações de caráter social, financeira e econômica aos usuários externos, como: benefícios e ações sociais encaminhadas aos empregados, acionistas, investidores e comunidade. Ou seja, esse balanço tem por finalidade de prestar informações aos usuários da contabilidade na

área social, evidenciando de maneira transparente as atividades que melhoram a qualidade de vida.

O Balanço Social é considerado como um conjunto de informações que demonstra o tamanho do desenvolvimento da empresa com a sociedade, grande instrumento nas políticas de recursos humanos, incentivos fiscais, auxílio em novos investimentos e no progresso da consciência para a sociedade (SANTOS et al, 1998)

Para De Luca (1998, p. 23) as informações que esse demonstrativo pode trazer são:

[...] evolução do emprego, relações profissionais, formação profissional, treinamentos, condições de higiene e segurança, outras condições de vida dependentes da empresa, tais como alojamento e transporte, proteção ao meio ambiente, utilização da riqueza da empresa etc.

Esse demonstrativo se tornou importante após movimentações a favor de ações sociais e cobranças por mais responsabilidade das empresas em frente aos problemas sociais e ambientais e sua interação com a sociedade, pois a empresa já não era vista apenas para criar lucro, mas sim para cooperar com a região e a comunidade onde estava inserida.

Segundo Tinoco (2001) o Balanço Social surgiu da necessidade das empresas prestarem informações de seus negócios aos seus empregados e a sociedade, pois antes a Contabilidade era voltada apenas aos proprietários, credores, governo e investidores, e que após movimentações sociais na Europa passaram a cobrar mais responsabilidade das empresas em relação à sociedade.

Essas movimentações sociais foram em decorrência a guerra do Vietnã, De Luca (1998, p 23) relata:

Foi nos Estados Unidos que se questionou pela primeira vez a questão da responsabilidade social das empresas. A guerra do Vietnã, a utilização de armamentos sofisticados prejudicando o homem e o meio ambiente e a discriminação de raça e sexo fizeram com que a população debatesse mais abertamente a questão da posição das empresas perante a sociedade e exigisse uma posição mais ética

Tinoco (2008) também comenta que a sociedade clamava pelo fim da guerra, mas requeriam que as empresas adotassem nova postura, moral e ética. Sendo assim durante os anos 60, os programas políticos tinham um número crescente de dados sociais.

Kroetz (2000, p.55) ressalta:

Na realidade, americanos, europeus e latino-americanos, desde o final da década de 70, desenvolveram “modelo” de Contabilidade Social, Auditoria

Social e Balanço Social seguindo interesses, particulares e culturais próprias. Na Europa, as propostas do Balanço Social desenvolveram-se em direção a solidariedade econômica do bloco europeu em formação e enfatizaram os aspectos do planejamento humano e social na empresa, [...]. Nos Estados Unidos, os estudos partiram das universidades, e as características, principais dos modelos dirigiram-se aos aspectos sociais públicos, as questões da diminuição da violência e da melhoria da relação das empresas com os consumidores

Embora seja de grande valia, o Balanço Social se tornou obrigatório primeiramente na França, com a Lei N° 77.769 de 1977, onde todas as empresas com mais de 299 empregados são obrigadas a utilizarem o Balanço Social, já no Brasil não possui lei federal relacionada a esse assunto, o que existe são algumas leis na área municipal e estadual (SANTOS, 2007).

O Balanço Social no Brasil se iniciou nos anos 90 com o apoio do sociólogo Herbet de Souza, Kroetz (2000, p. 59) relata que:

Na década de 90, este cenário começa a alterar-se. O Balanço Social encontrou defensores de expressão que incentivaram sua publicação, chamando a atenção da comunidade política e empresarial. O Sociólogo Herbet de Souza (Betinho 1935-1997) talvez tenha sido o grande interlocutor e promotor dessa nova realidade, pois lutou de forma incansável para realizar um de seus sonhos, implantar um Balanço Social adequado a realidade brasileira, apoiando-se sempre no Instituto Brasileiro de Análises Sociais - Econômicas (IBASE).

Tinoco (2008, p.137) comenta sobre as empresas precursoras do Balanço Social no Brasil:

O início deu-se com as publicações pioneiras da Telebrás e de algumas de suas controladas, no exercício de 1990, da CMTC – Cia. Municipal de Transporte Coletivo de São Paulo em 1991 e do Banespa, no exercício de 1992.

Até então, por não ser obrigatória a divulgação desse Balanço no Brasil, não há um modelo e norma específica para sua elaboração, no entanto o Balanço Social vem ganhando força no mercado, e as empresas estão cada vez mais se submetendo a esse demonstrativo. Com isso o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) formulou uma estrutura do modelo de Balanço Social que é usado por muitas empresas, como é mostrado no Quadro 2.

GRUPO	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
1	Base de Cálculo	Dados sobre geração de receitas, resultado operacional e folha de pagamento bruta
2	Indicadores Sociais Internos	Gasto com alimentação, educação, capacitação e saúde, dentre outros relacionados aos empregados
3	Indicadores Sociais Externos	Gasto da empresa na comunidade (saúde, saneamento, cultura, educação, etc.) e os tributos
4	Indicadores Ambientais	Gastos com despoluição, educação ambiental, investimento em programas externos e outros, seja com os empregados ou sociedade
5	Indicadores do Corpo Funcional	Número de admissões, estagiários, mulheres, negros, e portadores de deficiência física.
6	Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	Aspectos referentes ao número de acidentes de trabalho, responsabilidade dos padrões de segurança e salubridade existentes
7	Outras Informações	Outras informações que a empresa julgar necessárias

QUADRO 2 – Modelo Balanço Social

Fonte: Dados pesquisados *apud* Godoy (2007, p. 5)

Portanto, pode-se ver que o Balanço Social traz informações de natureza social, se referindo a projetos ambientais, desenvolvimento profissional, proteção ao meio ambiente e também a contribuições com a sociedade, como por exemplo, as divulgações da situação da empresa através de relatórios são o caso da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é uma vertente do Balanço Social, que tem por objetivo de demonstrar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição entre os agentes econômicos.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

2.3.1 Conceito

A Demonstração do Valor Adicionado surgiu para suprir as exigências dos usuários sobre informações financeiras e sociais a respeito da empresa.

De Luca (1998, p. 28):

“A Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”

Já Adriano (2014, p. 1165) exemplifica.

Quando uma empresa realiza a diferença entre o seu valor de produção (valor das saídas) e o valor dos bens adquiridos de terceiros (valor das entradas), o resultado encontrado, regra geral, é positivo, e esse resultado positivo é o valor adicionado (valor agregado), que é a riqueza gerada pela empresa.

Santos (2007) comenta que a DVA é um grande componente do Balanço Social, que deve ser considerada a forma mais eficiente criada pela Contabilidade para auxiliar na capacidade de geração e distribuição de riqueza de uma empresa

Conceitualmente, a Demonstração do Valor Adicionado é um relatório que demonstra o que a empresa oferece a sociedade que está inserida, como criação de empregos, quanto sua capacidade de gerar riqueza para a econômica, através dos impostos, evidenciando o quanto a empresa está contribuindo para o desenvolvimento econômico regional.

Seu foco principal é a transparência de seus valores aos investidores a quem pertence a riqueza, assim como para os que ajudaram na formação dessa riqueza.

2.3.2 Objetivo da DVA

Martins et al (2013, p. 1165) explicam que “ A DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição”.

De Luca (1998, p. 32) enfatiza que “estritamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado surgiu para atender às necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização”

Seu intuito é de informar e demonstrar os resultados das organizações.

2.3.3 Legislação da DVA

Essa demonstração já era estudada desde os anos 80, mas se tornou obrigatória para Companhias Abertas no Brasil em 2007 com a Lei 11.638/07, onde introduziu alterações à Lei 6.404/76.

A Lei 11.638 de 2007 diz a respeito das demonstrações:

Art. 1o Os arts. 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 176

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

“Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

[...] II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Não há um modelo pronto de DVA, mas a sua elaboração deve levar em conta o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC 09 e também a orientação da Comissão dos Valores Mobiliários CVM nº 24, e seus dados são obtidos através da Demonstração do Resultado do Exercício DRE (ADRIANO, 2014).

2.3.4 Modelo DVA

O que se pode notar através dos conceitos elaborados pelos autores Santos e De Luca é que a DVA é dividida em duas partes: a formação da riqueza e a distribuição da riqueza. Sendo assim o Pronunciamento Técnico CPC 09 elaborou um modelo de DVA direcionada a empresas em geral, como é mostrado no Quadro 3.

DESCRIÇÃO
1- RECEITAS
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços
1.2) Outras receitas
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)
2–INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos
2.4) Outras (especificar)
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
6.1) Resultado de equivalência patrimonial
6.2) Receitas financeiras
6.3) Outras
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)
8– DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
8.1) Pessoal e encargos
8.1.1 – Remuneração direta
8.1.2 – Benefícios
8.1.3 – F.G.T.S
8.2) Impostos, taxas e contribuições
8.2.1 – Federais
8.2.2 – Estaduais
8.2.3 – Municipais
8.3) Remuneração de capitais de terceiros
8.3.1 – Juros
8.3.2 – Aluguéis
8.3.3 – Outras
8.4) Remuneração de Capitais Próprios
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio
8.4.2 – Dividendos
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)

QUADRO 3 – Modelo de DVA

Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 09 (2012)

2.3.5 Formação do Valor Adicionado

O Valor Adicionado é formado por receitas, insumos adquiridos de terceiros, excluindo as retenções.

O CPC 09 (2012. p, 05) classifica como Receita:

Venda de mercadorias, produtos e serviços - inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas. Outras receitas - da mesma forma que o item anterior, inclui os tributos incidentes sobre essas receitas. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Constituição/Reversão - inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão.

Insumos Adquiridos de Terceiros: São aquisições do período, que são identificadas como custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, matéria-prima consumida e despesas relativas à aquisição e a pagamento de terceiros, nesse item devem ser considerados os impostos (ICMS, IPI, PIS E COFINS) recuperáveis ou não (SANTOS, 2007)

Dentro desse grupo, há também perda e recuperação de ativos, que são valores relativos a valor de mercado de estoques e investimentos, conforme aplicação do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se no período o valor líquido for positivo, deve ser somado).

Retenções: São classificadas como depreciação, amortização e exaustão, identificadas como despesas ou custos contabilizados no período (AZEVEDO et al, 2015)

2.3.6 Distribuição do Valor Adicionado

A distribuição de riqueza do Valor Adicionado é representada no Quadro 4, mostrando que a divisão é feita entre: pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capital próprio, elaborada com base no CPC 09 (2012).

DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1.PESSOAL	
1.1. Remuneração direta	Valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
1.2. Benefícios	Valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.
1.3. FGTS	Valores depositados em conta vinculada desempregados.
2. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	
2.1. Federais	Tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.
2.2. Estaduais	Tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.
2.3. Municipais	Tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.
3.REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	
3.1. Juros	Despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.
3.2. Aluguéis	Incluem os aluguéis pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.
3.3. Outras	Outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquias, direitos autorais, etc.
4.REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO	

4.1. Juros sobre capital próprio e Dividendos	Valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.
4.2. Lucros retidos e prejuízos do exercício	Inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.

QUADRO 4 – Distribuição do Valor Adicionado

Fonte: CPC 09 (2012)

A partir do exposto, da geração e da distribuição da riqueza, pode-se verificar que a DVA fornece uma ampla visão da origem da riqueza de uma organização, e como é distribuída a mesma. Deixando bem claro que essa riqueza gerada é chamada como o próprio Valor Adicionado.

2.4 VALOR ADICIONADO

O Valor Adicionado representa a riqueza que a entidade criou em certo momento, ou seja, quando o valor econômico do produto gerado for maior que o valor do consumo de sua produção.

Esse conceito pode ser tanto no campo econômico quanto para a área da contabilidade.

Santos (2007, p. 26) enfatiza a diferença entre esses dois conceitos:

Do ponto de vista das Ciências Econômicas, mais especificamente restringindo-se aos aspectos da macroeconomia, o valor adicionado está intimamente ligado à apuração do produto nacional. Do ponto de vista microeconômico, poder-se-ia dizer que o valor adicionado de uma empresa é o quanto de riqueza elas pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros, inclusive os valores relativos as despesas de depreciação. Do ponto de vista da Ciência Contábil, poder-se-ia afirmar que a medição ou apuração da riqueza criada pode ser calculada através da diferença aritmética entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros mais as depreciações.

Ou seja, no ambiente macroeconômico a valor adicionado é chamado de Produto Nacional, onde são contados os produtos e serviços de consumo final, considerando o

valor da produção menos os bens intermediários para evitar a dupla contagem (DE LUCA, 1998)

Para Simonsen (1975, p. 83), o produto nacional é o próprio Valor Adicionado

Denomina-se valor adicionado em determinada etapa de produção, a diferença entre o valor bruto da produção e os insumos intermediários nessa etapa. Assim, o produto nacional pode ser concebido com a soma dos valores adicionado, em determinado período de tempo, em todas as etapas dos processos de produção do país.

Já na visão da contabilidade, o valor adicionado é a diferença entre o valor das vendas e os consumos intermediários.

De Luca (1998, p. 32) comenta que:

A utilização do conceito de valor adicionado em nível da empresa tem sido discutida e considerada pelos economistas como a ligação entre a contabilidade financeira e a contabilidade nacional (macroeconomia). Considerando que no total da riqueza gerada pela economia de uma nação, encontra-se a soma do valor adicionado das empresas, é importante a evidenciação da contribuição de cada empresa para a riqueza nacional através da Demonstração do Valor Adicionado.

E ainda finaliza ressaltando “Vimos, portanto, que o conceito de valor adicionado é igual na visão econômica e na visão contábil. O que diferente é, principalmente, o ambiente em que se aplica [...]”.

Logo, se vê que na visão da contabilidade o valor adicionado é visto como riqueza da empresa, e na visão econômica é considerada como a riqueza de um país ou um setor, que é caracterizada como o Produto Interno Bruto (PIB).

2.5 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O conceito utilizado do Valor Adicionado é o mesmo conceito empregado pela Economia para o cálculo do PIB

O PIB é uma medida do valor de bens e serviços das atividades econômicas que um país produz em um determinado período. De acordo com Azevedo (2010), o PIB é a soma dos valores agregados de todas as riquezas produzidas por agentes econômicos (pessoas físicas ou jurídicas). Seu objetivo é avaliar a riqueza do país ou de uma região. Yoshioca (1998) enfatiza que o primeiro passo para avaliar o desempenho de um país, é medir seu produto.

Tais termos como: valor agregado, produto, é o mesmo que valor adicionado, significando o desempenho econômico de um país ou região, mostrando a riqueza gerada através da produção.

Para chegar nesse valor agregado, há sempre que eliminar os valores de produtos intermediários, para não gerar dupla contagem. Simonsen (1979, p. 83) diz “(...) Ou, o que é o mesmo, como valor bruto de toda produção menos os consumos intermediários”. Santos (2007, p. 33) também exemplifica “(...) não se pode esquecer de que nessa medição deverão ser eliminados as duplas contagens relativas aos produtos intermediários. Por exemplo, é preciso eliminar o valor pago pela farinha de trigo da fabricação de pães, bolacha, macarrão etc.”

O Sistema de Contas Nacionais SCN/IBGE apresenta três métodos para cálculo do PIB: produção, renda e despesa.

De Luca (1998) explica que no cálculo baseado na produção, o PIB é medido através do valor bruto da produção de todas as unidades produtivas menos os bens intermediários. O segundo método é a soma dos rendimentos da produção, ou seja, a soma de todas as remunerações, como: salários, juros, alugueis, lucros distribuídos. Sendo assim, dando clara visão da participação dos empregados, financiadores e proprietários. Já a terceira medição, é a soma de toda demanda final, portanto, todo consumo das famílias, governo e investimento do governo.

O Quadro 5 mostra uma das fórmulas para se chegar ao resultado do PIB

PIB = C + I + G + NX	
Nomenclatura	Classificação
C: Consumo	Refere-se a bens e serviços comprados pela população
I: Investimentos	Classificados como bens adquiridos para uso futuro.
G: Despesa do Governo	Bens e serviços adquiridos pelo governo.
NX: Exportações Líquidas	Diferença entre as exportações e importações

QUADRO 5 – Fórmula PIB

Fonte: ROSSETTI (1992)

Já Costa (2005, p.10) faz outra fórmula mais simples: $PIB = VP - CI + T$

Onde VP é o valor da produção, CI é o consumo intermediário a preço de mercado, e T são os impostos indiretos sobre a produção e importação.

2.5.1 Relação entre DVA e o PIB

A DVA é um elemento importante para as empresas, sociedades e de grande valia para calcular a economia do país.

Iudicibus (1990, p. 21 e 22) fala sobre esse mérito da DVA:

“(...) a profissão contábil muito poderia contribuir para que os economistas governamentais tivessem informações mais moldadas para o cálculo das contas nacionais se, adicionalmente às demonstrações usuais, levantasse e publicasse mais uma com pouco esforço adicional, denominada de “Demonstração do Valor Adicionado” (ou agregado), a qual já é realidade em alguns países, como a Alemanha, e que ampliaria bastante a gama de informações contábeis relevantes, não somente para finalidades macroeconômicas, (...) mas enquadrando-se no cenário mais amplo da Contabilidade Social. (...) se todas as atividades econômicas desenvolvidas no País fossem desenroladas em entidades que levantassem demonstrações a valor adicionado (...) a consolidação de tais demonstrações, excluídas as duplas contagens, já seria o próprio PIB, muito mais corretamente estimado do que atualmente.”

Com base nesse pensamento, Kroetz (2000, p. 42) diz que “Por meio da Demonstração do Valor Agregado é possível perceber a contribuição econômica da entidade para cada segmento com o qual ela se relaciona, construindo-se no Produto Interno Bruto (PIB), produzido pela organização.”

No mesmo raciocínio March et al (2008, p. 7) finaliza:

Caso houvesse a elaboração e a divulgação da DVA por parte de todas as empresas, a consolidação de seus valores comporia parte substancial da riqueza interna gerada no país, ou seja, o PIB. Neste caso, haveria a facilidade de não mais trabalhar com valores estimados na fixação do PIB.

Mas há um quesito em questão, pois o Valor Adicionado ou Agregado no modelo contábil está relacionado à receita sobre vendas, e já no ambiente econômico usa-se a receitas sobre a produção.

A Comissão de Valores Mobiliários, em sua Nota Explicativa à Instrução CVM nº 469, de 2 de Maio de 2008, p. 05, diz sobre essa diferença:

A DVA é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, o seu produto interno bruto – PIB. Existe, entretanto, uma diferença temporal entre o modelo econômico e o modelo contábil de DVA. Enquanto o primeiro utiliza o conceito de produção, a demonstração contábil utiliza o conceito de vendas para obter o valor adicionado ou riqueza criada pela empresa.

Apesar de haver tal diferença, os resultados obtidos não são tão desiguais quanto parece, caso houvesse a obrigatoriedade da divulgação da DVA em todas as empresas, os resultados seriam mais aproximados do PIB exato e bem simples de se fazer, mais correto do que a estimativas que a economia calcula (CONSENZA, 2003)

Santos & Hashimoto (2003) diz que essa diferença não gera muita diferença ao longo do tempo.

E Tinoco (1984, p. 40) confirma esses argumentos, e fala sobre a importância da contabilidade na economia:

Julgamos, até que quando os contadores no Brasil passarem a utilizar esta metodologia terão dado um grande passo, no sentido de aproximarem a contabilidade comercial (geral) da contabilidade nacional. Como sabemos as contas nacionais no Brasil são hoje elaboradas, tomando por base dados estatísticos, muitas vezes estimados, que podem estar enviesados. Na medida em que as entidades fossem obrigadas a publicar nos seus relatórios contábeis o valor adicionado (pelo menos as grandes e as médias empresas) ter-se-ia informações fidedigna e mais equitativa. Seria um grande passo para o reconhecimento da importância crescente, que a Contabilidade vem *tendo* ultimamente, como ciência da comunicação.

De Luca et al (2009) mostra como fazer para ter uma conciliação entre produção versus vendas, no Quadro 6.

VENDAS DO PERIODO
(-) Vendas decorrentes da produção anterior
(+) Produção do período em estoque
(-) Produtos acabados
(+) Produção em processo
(-) Produtos em elaboração
(=) Produção do Período

QUADRO 6 – Conciliação entre produção e venda

Fonte: De Luca (2009)

Deste modo, através das opiniões dos autores, pode-se dizer que a DVA é o modo mais correto para se utilizar como um método de análise do PIB.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

ROESCH (1999. p. 126) afirma que: “O delineamento da pesquisa determina então quem vai ser pesquisado e quais questões serão levantadas”.

O presente estudo é de natureza aplicada, que tem por objetivo gerar conhecimento para a aplicação na prática, dirigidas a solução de problemas específicos (VERGARA, 1997). Nesse contexto o estudo mostra que através da DVA pode-se obter o PIB de uma região ou país, de uma forma mais fácil.

Quanto aos objetivos, Beuren et al (2012) diz que podem ser classificadas como pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Para alcançar o objetivo desse estudo a fundamentação teórica é a pesquisa descritiva, por procurar descrever e analisar, a Demonstração do Valor Adicionado referente às empresas Sanesul e Energisa aos anos de 2013 a 2015, e também dados do Produto Interno Bruto do Estado do Mato Grosso do Sul. Para Andrade (2002) a pesquisa descritiva tem como intuito constatar, registrar, averiguar, classificar e explicar os fatos estudados.

No que diz respeito aos procedimentos, podem ser enquadradas como bibliográfica, documental e experimental. Neste contexto o estudo será caracterizado como documental, por analisar documentos das empresas pesquisadas. Beuren *et al* (2012), p. 89) relata que:

“Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta. Buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel”

A abordagem pode ser considerada como qualitativa e quantitativa, Beuren et al (2012) comenta que embora a Contabilidade lidar diretamente com números, ela é uma ciência social, o que mostra a importância do uso da abordagem qualitativa. A presente pesquisa é qualitativa, por ser levantado dados sobre as empresas pesquisadas, assim como compreender, interpretar os resultados e informações, criando conhecimento referente aos resultados adquiridos e indicando melhores ações para a população pesquisada.

3.2. DEFINIÇÃO DA ÁREA/ POPULACAO-ALVO/AMOSTRA/UNIDADE DE ANÁLISE

A presente pesquisa baseia-se na investigação das empresas Sanesul e Energisa situada na região do Estado de Mato Grosso do Sul

A Sanesul foi fundada após divisão do Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do sul em 1979, através do Decreto Estadual nº 071/79, composta de 1.334 colaboradores, a empresa de saneamento básico é considerada publica com autonomia financeira e administrativa, atende 125 localidades, sendo 68 municípios e 57 distritos. Portanto, dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, apenas 11 municípios não são administrados pela Sanesul, o que mostra que há universalização do abastecimento de água não havendo concorrentes significativos e com isso se tem uma responsabilidade em trazer benefícios socioeconômicos ao Estado.

E em questão da responsabilidade da empresa com a sociedade e meio ambiente, em 2007 a Sanesul cria a Gerência de Meio Ambiente e Ação Social (GEMAM), com a disposição de atender aos preceitos legais, além da articulação com as políticas ambientais de desenvolvimento do Estado, buscando a preservação ambiental, redução dos passivos ambientais e a educação ambiental e sanitária. Já a Energisa empresa do setor elétrico, foi fundada em 1905 não atua apenas no Estado de Mato Grosso do Sul, mas também no Estado de Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Tocantins, São Paulo e Paraná. Na região de Mato Grosso do Sul a Energisa opera em 74 municípios dos 79 municípios, obtendo 970 mil clientes, gerando também 1.320 colaboradores próprios e 912 terceirizados, mostrando o domínio de seu serviço no Estado, dando a empresa uma grande responsabilidade na participação da socioeconômica da região.

A distribuição do Capital Social do grupo é da seguinte forma: 71,8 % Gipar | Itacatu Família Botelho, 8% Família Carneiro, 10,7% GaveaInvestmentFund IV e 9,5% Mercado.

Em relação à questão socioambiental a Energisa desenvolve ações de incentivo social, ambiental, cultural, esportivo, entre outras.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

São utilizados dados secundários, que para Ferrari (1982, p.227) “As fontes secundarias são aquelas contribuições provenientes da documentação já analisada e

publicada”, pois foi analisada através de informações publicadas em sites de fontes oficiais que cedem informações de domínio público, sendo possível a consulta aos dados por qualquer cidadão.

A pesquisa foi realizada com base na Demonstração do Valor Adicionado consolidada das empresas Sanesul e Energisa, referente aos anos de 2013 a 2015, tal demonstrativo é retirado dos sites das próprias empresas.

Também foi coletado o valor do PIB do ano de 2013 a 2015 do Estado de MS, essa coleta foi retirada através do site da Secretaria de Estado do Meio ambiente e Desenvolvimento Econômico SEMADE. No entanto no ano de 2014 e 2015 os valores do PIB foram feitos através de estimativa feita pelo SEMADE.

Através desses dados se tem o conhecimento do quanto às empresas referidas contribuem para a composição do PIB do Estado.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Para atingir o objetivo geral que é de mostrar o quanto a empresa contribuiu a sua região, utilizou-se o método de proporção onde foi calculado através do programa Excel o percentual do valor adicionado em relação ao valor do Produto Interno Bruto, onde foi exposto o quanto que o Estado obteve de riqueza ao longo dos anos de 2013 a 2015, e o quanto a empresa Sanesul e Energisa geraram de riqueza nesse mesmo período, sendo assim obteve o valor da ajuda dessas empresas na riqueza do Estado.

E para os objetivos específicos, foram realizadas análises verticais e horizontais da Demonstração do Valor Adicionado, a partir do percentual de cada grupo econômico em relação ao valor adicionado, evidenciando se houve evolução dos valores e se houve diferença entre as duas empresas

Para mostrar o valor distribuído a esses agentes econômicos, foi analisado o demonstrativo DVA, onde foi exposto o Valor Adicionado das empresas e o quanto desse valor gerado (riqueza) foram destinadas as contas contábeis: Pessoal, Impostos, Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio.

E para o objetivo da utilidade da DVA como método alternativo para o cálculo do PIB, foi a partir da análise da DVA, que mostrou como é mais eficiente e exato o resultado do PIB após obter o resultado do Valor Adicionado das empresas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esse tópico apresenta dados sobre as empresas que compõe duas organizações estudadas, compreendendo os resultados obtidos através da Demonstração do Valor Adicionado e através do valor do Produto Interno Bruto.

A análise está dividida em: apresentação da DVA por ano das empresas da amostra, com análise horizontal e vertical, posteriormente a evidenciação da distribuição de cada ano da riqueza com Pessoal; Impostos, Taxas e Contribuições; Remuneração de Capital de Terceiros; e Remuneração de Capital Próprio, também foi feito a média dos valores obtidos pelos setores econômicos, mostrando a diferença percentual entre eles, e por ultimo há uma apresentação do valor do PIB anual de Mato Grosso do Sul e do Valor Adicionado das empresas, mostrando o quanto essas empresas contribuíram para o Estado.

4.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA EMPRESA SANESUL E ENERGISA

	% V	2015	% V	% H	2014	% V	% H	2013
RECEITAS	100%	382.135	100%	17%	326.683	100%	8%	302.839
Receitas Operacionais	100%	380.670	101%	15%	330.833	100%	10%	301.406
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2%	(6.023)	3%	43%	(10.637)	2%	129%	(4.644)
Outras receitas	2%	7.488	2,00%	15%	6.487	2%	7%	6.077
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	37%	(141.455)	39%	11%	(127.229)	33%	26%	(101.273)
Produtos químicos consumidos	1%	(5.073)	2%	2%	(4.965)	1%	38%	(3.585)
Outros materiais consumidos	3%	(11.803)	2%	3%	(11.477)	3%	11%	(10.375)
Energia elétrica	11%	(43.521)	9%	54%	(28.281)	8%	3%	(23.036)
Serviço de terceiros contratados	19%	(72.068)	23%	3%	(74.026)	19%	31%	(56.468)
Outras despesas operacionais	2%	(8.990)	3%	6%	(8.480)	2%	9%	(7.809)
VALOR ADICIONADO BRUTO	63%	240.680	61%	21%	199.454	67%	1%	201.566
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	6%	(22.690)	6%	8%	(20.998)	6%	14%	(18.354)
Amortização do intangível	5%	(17.305)	5%	14%	(15.135)	4%	16%	(13.077)
Depreciações	1%	(5.385)	2%	8%	(5.863)	2%	11%	(5.277)

VALOR ADICIONADO LIQUIDO	57%	217.990	55%	22%	178.456	60%	3%	183.212
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	0,24%	932	1%	77%	4.013	2%	19%	4.938
Receitas financeiras	0,24%	932	1%	77%	4.013	2%	19%	4.938
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	27%	218.922	56%	20%	182.469	62%	3%	188.150
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
PESSOAL	26%	98.572	25%	19%	82.631	24%	12%	73.865
Salários e encargos sociais	25%	96.053	24%	19%	80.737	23%	15%	70.009
Honorários da diretoria e conselhos	0,30%	846	0,30%	5%	888	0,28%	3%	858
Programa de participação nos resultados	0,70%	1.673	0,70%	66%	1.006	1%	66%	2.998
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	15%	58.535	16%	12%	52.295	20%	12%	59.448
Tributos federais	14%	56.373	15,85%	9%	51.818	16%	4%	49.814
Tributos federais diferidos	1%	2.162	0,15%	353%	477	1%	88%	4.106
Tributos estaduais			–		–	3%	–	5.528
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	3%	9.978	3,00%	21%	8.251	2%	26%	6.536
Aluguéis	1%	3.816	1%	18%	3.234	1%	22%	2.649
Encargos financeiros	2%	6.162	2%	23%	5.017	1%	22%	3.887
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	14%	51.837	12%	32%	39.292	16%	19%	48.301
Juros sobre capital próprio	8%	30.440	7%	35%	22.572	7%	14%	19.733
Dividendos								
Lucros retidos do Exercício	6%	21.397	5%	28%	16.765	9%	41%	28.568

QUADRO 7 – Demonstração do Valor Adicionado empresa Sanesul

Fonte: Site Sanesul.

O Quadro 7 mostra a Demonstração do Valor Adicionado da empresa Sanesul durante o ano de 2013 a 2015, com percentuais feitos a partir de uma análise vertical e horizontal.

Após a análise horizontal, que é um comparativo entre um ano e outro para ver se houve aumento ou redução de valores, verifica-se que a Receita nos últimos três anos da empresa Sanesul é crescente, isso se deve ao fato do aumento do volume faturado, devido ao aumento da população e conseqüentemente o aumento do valor do serviço.

Assim como Insumos Adquiridos de Terceiros, devido ao aumento de Serviços de Terceiros relacionado a contratações de 299 colaboradores, observando que há relação com a conta Pessoal que também é crescente, tendo um aumento de 12% do ano de 2013 a 2014.

Embora haja um aumento gradativo na Receita, o Valor Adicionado em 2014 é menor por conta do aumento significativo de 129% na conta Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e Serviços de Terceiros com 31%, sendo assim conseqüentemente a distribuição do Valor Adicionado comparado a valores dos outros anos foi menor.

A conta Impostos, Taxas e Contribuições o aumento percentual é basicamente constante, observando que Impostos Federais Diferidos que houve um aumento de 353% de 2013 para 2014, por conta de diferenças pagas de Imposto de Renda e Contribuição Social de um ano para outro.

Remuneração de Capitais de Terceiros houve um crescimento percentual por motivo de aumento em aluguéis e encargos financeiros.

Já a conta Remuneração de Capitais Próprios houve um decréscimo percentual no ano de 2013 para 2014 pela redução dos Lucros retidos do exercício em 41% e já em 2015 houve um crescimento percentual pelo aumento de em Juros de Capitais Próprios e Lucros retidos do exercício.

Outro ponto relevante é a conta Honorária no ano de 2014, que foi maior do que os demais anos, sendo caracterizado pelo aumento da remuneração da direção da companhia.

Após uma análise vertical, que é a comparação de uma conta referente ao valor total da Receita, observa-se que a conta Insumos Adquirido de Terceiros em relação à Receita, compõe 33% de gasto referente ao ano de 2013, aumento de 39% em 2014 por conta de novas contratações e despesas, diminuindo em 2015 pelo motivo de queda no percentual de serviços contratados e despesas operacionais.

A conta Depreciação se tornou constante ao longo desses últimos três anos, compondo 6% de gastos sobre a Receita.

Valor Adicionado a Distribuir em relação à Receita foi decrescente, mesmo tendo uma Receita crescente ao longo desses anos, isso se deve ao fato do aumento de Insumos adquiridos de Terceiros.

A conta Pessoal foi crescente, , pelo motivo de aumento de salários e encargos, ou seja, novas contratações.

Impostos, Taxas e Contribuições são decrescentes em relação à Receita, por causa da diminuição em Impostos Federais.

Já a Conta Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios tem um percentual em relação a Receita ao longo dos anos constante, sendo em média 3% e 14% respectivamente.

O Quadro 8 mostra a Demonstração do Valor Adicionado da empresa Energisa durante o ano de 2013 a 2015.

	%V	2015	%V	%H	2014	%V	%H	2013
RECEITAS	100%	3.373.526	100%	49%	2.265.908	100%	24%	1.832.806
Vendas de energia elétrica e serviços	95%	3.194.664	91%	55%	2.057.770	95%	18%	1.749.474
Perda no valor recuperável		—		—	—	1%	—	-7771
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos						6%		-102.190
Receitas relativas á construção de ativos próprios	5%	191.520	7%	17%	163.156	10%	7%	175.256
Outras receitas	1%	1.989	0,33%	73%	7.509	1%	58%	18.037
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	1%	(14.647)	2%	61%	37.473			
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	47%	(1.595.366)	60%	16%	(1.370.294)	62%	57%	(1.128.487)
Energia elétrica comprada para revenda	35%	(1.185.936)	40%	31%	(906.209)	40%	23%	(738.772)
Materiais e Serviço de terceiros	5%	(156.229)	6%	6%	(146.993)	7%	23%	(127.306)
Despesas relativas á construção de ativos próprios	—	—	—	—	—	9%	—	(175.256)
Outros	7%	(253.201)	14%	20%	(317.092)	6%	23%	(87.153)
VALOR ADICIONADO BRUTO	53%	1.778.160	40%	98%	895.614	38%	27%	704.319
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	2%	(69.206)	30%	2%	(680.850)	4%	5%	(71.576)
Depreciação e amortização	2%	(69.206)	30%	2%	(68.085)	4%	5%	(71.576)

VALOR ADICIONADO LIQUIDO	51%	1.708.954	37%	106%	827.529	35%	31%	632.743
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4%	146.913	7%	2%	150.534	9%	13%	172.682
Receitas financeiras	4,00%	146.913	7%	2%	150.534	9%	13%	172.682
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	55%	1.855.867	43%	90%	978.063	44%	21%	805.425
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL	4%	146.032	6%	19%	122.407	6%	8%	113.327
Remunerações	3	90.716	4%	2%	88.472	4%	13%	78.016
FGTS	0,321	10.844	1%	4%	11.331	0,13%	67%	6.763
Entidade de previdência privada						0,21%		3.908
Convênios assistenciais e outros benefícios	1%	44.472	2%	11%	40.015	1%	48%	27.021
Diversos					-	0,50%		9.364
Transferências p/ordens em curso (imobilizado)			1%		(17.411)	1%	48%	-11.745
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	42%	1.415.542	27%	131%	611.462	27%	23%	496.515
Governo Federal	10%	350.871	10%	57%	222.718	11%	10%	202.891
Governo Estadual	15%	491.577	15%	40%	350.350	16%	20%	292.891
Governo Municipal	0,02%	787	0,03%	17%	671	0,03%	8%	733
Obrigações Intrassetoriais	17%	572.307	2%	1417%	37.723			-
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	5%	184.733	9%	12%	210.746	12%	3%	216.652
Encargos de dívidas e variações monetárias	4%	125.244	3%	51%	82.893	4%	17%	70.595
Aluguéis	0,11%	3.974	0,10%	73%	2.296	0,13%	7%	2.461
Outras despesas financeiras	1%	55.515	6%	56%	125.557	0	13%	143.596
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	3%	109.560	1%	227%	33.448	1%	259%	(21.069)
Prejuízos absorvidos						1%		(21.069)
Dividendos	2%	59.611	0,35%	650%	7.944			
Dividendos adicionais	1%	44.471	1%	107%	21.501			
Reserva legal	0,16%	5.478	0,07%	227%	1.673			
Retenção de Lucros		-	0,10%		2.330			-

QUADRO 8 – Demonstração do Valor Adicionado da empresa Energisa

Fonte: Site Energisa

Após a análise horizontal, observa-se que a Receita é crescente nos últimos três anos, isso se deve ao fato do aumento do volume faturado, passando de 904.638 milhões

de consumidores no ano de 2013 para 938.105 milhões em 2014 e 970.600 milhões em 2015, e também ao reajuste anual do valor do serviço.

Assim como Insumos Adquiridos de Terceiros, houve um aumento de 57% do ano de 2013 a 2014 e 16% do ano de 2014 a 2015. O aumento significativo de 57% se dá pelo alto custo de energia elétrica em razão da hidrologia desfavorável em 2014 no país, dando uma visão de endividamento da empresa, pois as despesas como serviços de terceiros, materiais e energia elétrica aumentaram em 23% nesse ano. Esse menor percentual com 16% se dá pela diminuição de serviços de terceiros.

Valor Adicionado também é crescente, o percentual significativa de 90% no ano, é devido a receitas crescentes e depreciação com valor menor em 2015.

A conta Pessoal tem porcentagens crescentes, embora haja esse percentual maior de 19%, a remuneração e o FGTS, convênios são menores nesse ano de 2014 a 2015, por conta de demissões.

Impostos, Taxas e Contribuições tiveram um aumento de 23% do ano de 2013 a 2014 e aumento de 131% do ano de 2014 a 2015, esse percentual maior de 131% é pelo motivo do aumento das Obrigações Intrassetoriais e pelo aumento da Receita.

A conta Remuneração de Capitais de Terceiros há percentuais crescentes por conta do aumento significativo em aluguéis com um percentual de 173% e despesas financeiras com um aumento de 56%.

Já a Remuneração de Capitais Próprios aumentou 259% do ano de 2013 a 2014, essa grande porcentagem é porque em 2013 havia um prejuízo de 21.069 milhões e em 2014 havia um valor positivo de 33.448 milhões nessa conta, e houve um aumento de 227% do ano de 2014 a 2015 por conta do aumento de dividendos.

Após uma análise vertical, verifica-se que os Insumos Adquiridos de Terceiros obtém grande parte da Receita dessa empresa, pois em embora seja decrescente esse percentual, o mesmo é bem alto, sendo 62% em 2013, 60% em 2014 e 47% em 2015, a diminuição dessa porcentagem ao longo dos anos é pelo motivo da redução em serviços de terceiros e outras despesas.

A conta Depreciação tem uma média de 3% da receita total.

O Valor Adicionado a Distribuir é crescente ao longo desses últimos três anos por conta dos Insumos Adquiridos de Terceiros que tem uma porcentagem decrescente, tendo assim um percentual de 44% em 2013, 43% em 2014 e 55% em 2015.

A conta Pessoal é decrescente, pela diminuição de serviços contratados.

Impostos, Taxas e Contribuições são crescente por conta das Obrigações Intrassetoriais, tendo um percentual de 27% sobre a Receita em 2013 e 2014 e 42% em 2015.

Remuneração de Capitais de Terceiros é decrescente, por conta da diminuição de Aluguéis.

Por último a conta Remuneração de Capitais Próprios que em média obtém 2% da Receita, mostrando que há um percentual bem baixo aos sócios e acionistas.

4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Diante da Tabela 1, é possível verificar a grande diferença na distribuição da riqueza para o pessoal em relação às duas empresas durante os anos de 2013 a 2015, enquanto a Sanesul distribui em média 43,19% do seu valor adicionado, a Energisa paga apenas 11,49%.

TABELA 1 - Distribuição do Valor Adicionado com o Pessoal

Empresa	2015	2014	2013	Média por empresa
Sanesul	45,03%	45,28%	39,26%	43,19%
Energisa	7,87%	12,52%	14,07%	11,49%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Mesmo que a Sanesul gera menos receita comparada a Energisa, ela investe mais em colaboradores que a Energisa.

Observa-se que ao longo dos anos a porcentagem da conta Pessoal da empresa Sanesul é crescente, pois há um aumento de colaboradores, enquanto a porcentagem da Energisa é decrescente em relação ao Valor Adicionado, embora haja um aumento do Valor Adicionado ao longo dos anos, isso se dá com a diminuição com a folha de pagamento devido a demissão de funcionários, passando de 2.671 funcionários em 2014 para 2.232 em 2015.

Nota-se na Tabela 2 que a empresa Sanesul registrou uma porcentagem significativamente menor em relação ao pagamento ao Governo, enquanto a Energisa distribuiu em média 66,81% do seu valor adicionado, a Sanesul distribuiu apenas 29% sendo ao longo dos anos decrescente.

TABELA 2 - Distribuição do Valor Adicionado com Impostos, Taxas e Contribuições.

Empresa	2015	2014	2013	Média por empresa
Sanesul	26,74%	28,66%	31,60%	29,00%
Energisa	76,27%	62,52%	61,65%	66,81%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Essa diferença de percentual de Impostos é pela diferença de cargas tributárias desses setores, enquanto a Sanesul tem uma carga tributária em média de 17%, a Energisa paga em média 32% em impostos, além da Receita da Energisa ser maior que a Sanesul.

Na questão da Remuneração de Capitais de Terceiros, onde são valores pagos ou creditados aos financiadores externos, verifica-se uma média de porcentagem por empresa bem distintos.

TABELA 3 - Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais de Terceiros

Empresa	2015	2014	2013	Média por empresa
Sanesul	4,56%	4,52%	3,47%	4,18%
Energisa	9,95%	21,55%	26,90%	19,47%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Verifica-se que a média da empresa Sanesul é de 4,18%, a Energisa tem uma média bem maior com 19,47%, sendo ao longo dos anos decrescente, devido à diminuição de fornecedores, e diminuição de outras despesas financeiras, enquanto a porcentagem da Sanesul vem aumentando ao longo dos anos.

A distribuição do valor adicionado em relação a valores de remuneração aos sócios e acionistas das empresas, tem uma divisão bem diferenciada, pois a empresa Sanesul distribui em média 23,63% de sua riqueza a esse agente, quando a Energisa paga apenas 2,23% de seu valor adicionado, mesmo gerando uma receita maior.

TABELA 4 - Distribuição do Valor Adicionado com Remuneração de Capitais Próprios

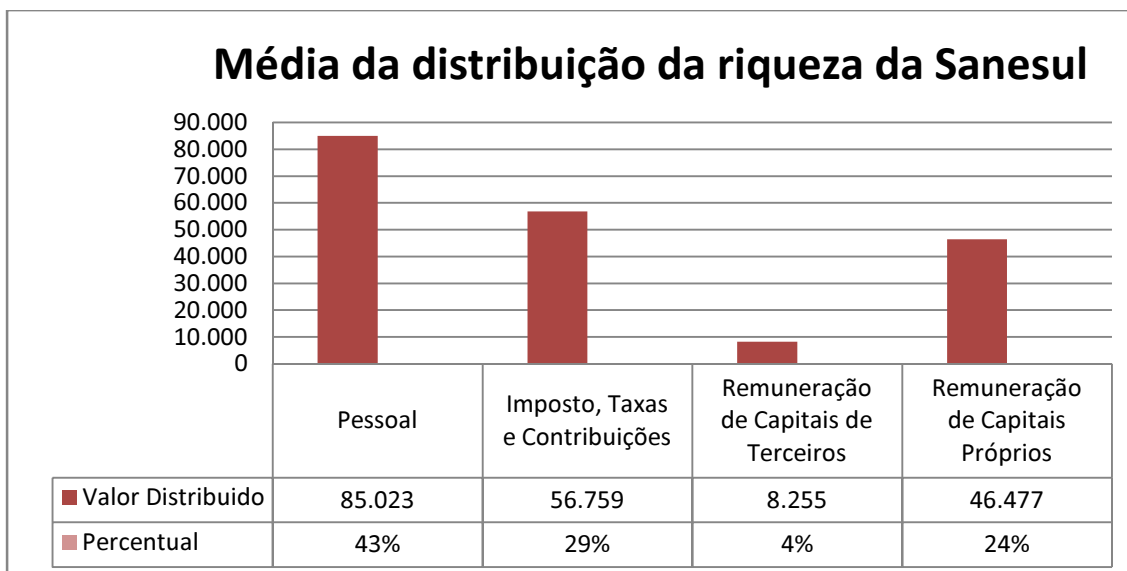
Empresa	2015	2014	2013	Média por empresa
Sanesul	23,67%	21,54%	25,67%	23,63%
Energisa	5,90%	3,42%	-2,63%	2,23%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Verificando também que no ano de 2013 há uma porcentagem negativa na empresa Energisa referente a um prejuízo no ano 2014.

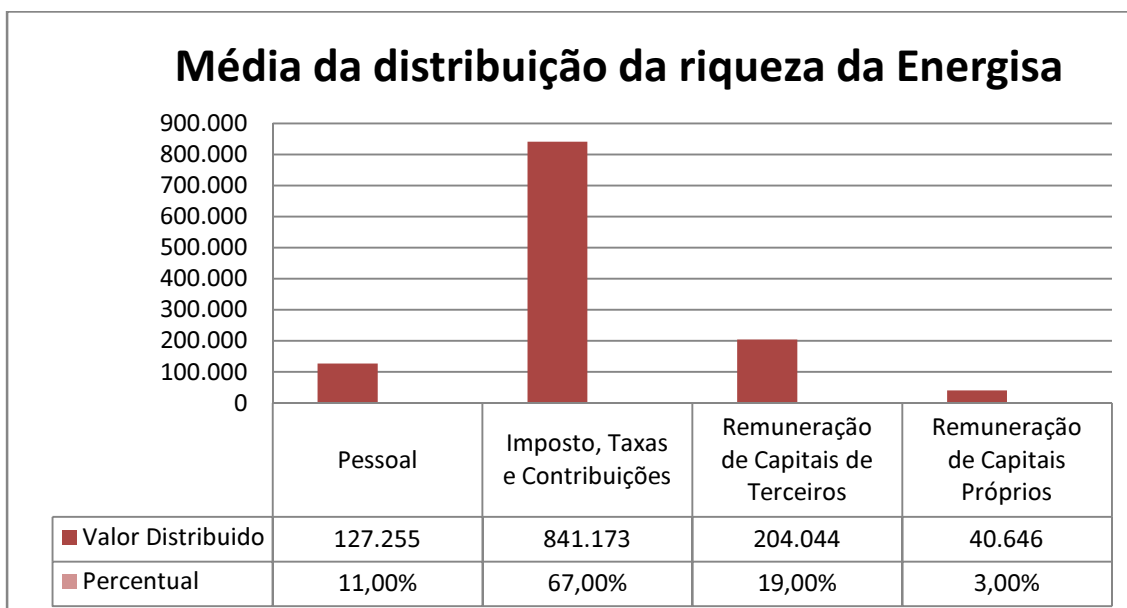
4.3 ANÁLISE DA MÉDIA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DE TODOS OS SETORES DA EMPRESA SANESUL E ENERGISA

O gráfico 1 representa a média da distribuição do valor adicionado dos últimos três anos da empresa Sanesul.



Verifica-se que numa média de Valor Adicionado a distribuir de 196.514 bilhões, a maior distribuição é para a conta Pessoal com uma média de 43%, seguida dos Impostos com 29% já em terceiro lugar fica Remuneração de Capitais Próprios com 24% e por último Remuneração de Capitais de Terceiros com 4%.

Já o gráfico 2 representa a média da distribuição do valor adicionado dos últimos três anos da empresa Energisa.



É possível analisar que a maior parte da riqueza da empresa Energisa é destinada a Impostos, Taxas e Contribuições com um percentual de 67% de um valor a distribuir em média de 1.213.118 trilhões, em segundo lugar fica a Remuneração de Capitais de Terceiros com 19% em seguida a conta Pessoal fica com 11% e Remuneração de Capitais Próprios 3%.

4.4 ANÁLISE DO PRODUTO INTERNO BRUTO EM RELAÇÃO AO VALOR ADICIONADO

A Tabela 5 mostra os valores adicionados da empresa Sanesul e Energisa, que significa a riqueza anual que a empresa gerou, assim como o PIB do Estado de Mato Grosso do Sul dos anos de 2013 a 2015, sendo 2014 e 2015 valores elaborados por estimativas pelo SEMADE, valores que representam a riqueza anual do Estado.

Observa-se uma grande diferença no valor adicionado entre as duas empresas, onde a média da empresa Sanesul foi de 196.513.000 milhões, e a média da Energisa foi bem maior com o valor de 1.213.118.000 bilhões.

TABELA 5 - Análise do Produto Interno Bruto em relação ao Valor Adicionado

	2015	2014	2013	Média por Empresa
Produto Interno Bruto (PIB)	86.775.540.000,00	76.195.090.000,00	69.117.773.803,00	
Valor Adicionado Sanesul	218.922.000,00	182.469.000,00	188.150.000,00	196.513.666,67
Valor Adicionado Energisa	1.855.867.000,00	978.063.000,00	805.425.000,00	1.213.118.333,33

Fonte: SEMADE e Dados da Pesquisa (2016)

Já a tabela 6 mostra em porcentagem o quanto as empresas contribuíram para a geração do PIB do Estado de MS referente ao ano de 2013 a 2015.

TABELA 6 Percentual do Valor Adicionado em relação ao Produto Interno Bruto

	2015	2014	2013	Média por Empresa
Valor Adicionado Sanesul	0,25%	0,24%	0,27%	0,25%
Valor Adicionado Energisa	2,14%	1,28%	1,17%	1,53%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Verifica-se que a empresa Sanesul contribuiu em média 0,25% para a formação do PIB do Estado, tendo em 2013 sua maior porcentagem anual, representada por 0,27% de um PIB anual de 69.117.773.803 bilhões de reais, já a empresa Energisa teve uma contribuição maior, onde gerou em média 1,53% de riqueza ao PIB do Estado, tendo uma porcentagem crescente ao longo dos anos, chegando a 2,14% em 2015 de um PIB anual de 86.775.540.000 bilhões de reais.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral verificar qual a contribuição da Sanesul e Energisa para o Produto Interno Bruto do Estado de Mato Grosso do Sul do período de 2013 a 2015.

Os resultados proporcionaram atender ao objetivo geral. Da análise conclui-se que a empresa que mais contribuiu para a economia do Estado de Mato Grosso do Sul foi a empresa Energisa, gerando 1,17% de riqueza ao Estado, chegando em 2015 com 2,14%, tendo uma média de 1,53% dos últimos três anos. A empresa Sanesul contribuiu com um percentual menor, tendo uma média de 0,25% dos últimos três anos, a grande diferença na contribuição dessas empresas para o Estado é que as receitas entre elas são bem distintas, Energisa tem uma média de Receita de 7.472.240 bilhões nos últimos anos, já a Sanesul tem uma média de 1.011.657 bilhões nos últimos três anos.

Em relação aos objetivos específicos, conclui-se que a empresa Energisa teve resultados crescentes ao longo dos anos, a distribuição do Valor Adicionado dela é destinada maior parte a conta Impostos, Taxas e Contribuição, com uma média de 67% devido a uma alta carga tributária imposta ao setor energético, a segunda maior destinação de riqueza é a conta Remuneração de Capitais de Terceiros que obtém 19%, mostrando um endividamento da empresa, em terceiro lugar fica com a conta Pessoal com 11% e Remuneração de Capitais Próprios fica em último lugar com 3%.

Já a empresa Sanesul teve no ano de 2014 resultados menores por conta do aumento do valor na conta Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e Serviços de Terceiros, sendo assim sua distribuição do Valor Adicionado nesse ano foi menor. A maior destinação do Valor Adicionado foi para a conta Pessoal com média de 43%, mostrando que há uma grande contribuição para geração de renda na região, seguida da conta Impostos, Taxas e Contribuições com um percentual de 29% sendo ao longo dos anos um percentual decrescente, em terceiro lugar fica a Remuneração de Capitais Próprios com 24%, e 4% de sua riqueza é destinada a conta Remuneração de Capitais de Terceiros, sendo ao longo dos anos crescente esse percentual.

Este estudo proporciona uma ampla visão das empresas, demonstrando a importância da Demonstração do Valor Adicionado para as empresas e para os agentes externos, mostrando como é distribuída a sua riqueza, assim como ajudar a calcular o Produto Interno Bruto da região ou País, pois se todas as organizações fossem obrigadas demonstrar a DVA, obteria o valor do PIB facilmente, sendo a soma de todos os valores adicionados das organizações e formadores de riqueza.

Com a intenção de contribuir com trabalhos futuros referentes ao tema, há sugestão de realizar uma pesquisa com outras empresas de outros setores, verificando sua contribuição para a região onde reside, analisando também a sua distribuição do valor adicionado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, Sérgio. **Contabilidade 3D**. 3.ed. São Paulo: MÉTODO, 2014.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AZEVEDO, Marcelo Cardoso de (org), COELHO Fernando, RUIZ, José Carlos, NEVES, Paulo. **Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiros**. São Paulo: Ed. Alínea, 2015.

BEUREN, I. M. et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CONSENZA, J.P. **A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, Ed. Comemorativa, p.7-29, out., 2003.

ASHLEY, P. **Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo, Saraiva, 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico 09 (CPC 09): Demonstração do Valor Adicionado**, de 30-10-2008, aprovado pela Resolução CFC nº 1.138/08 e pela Deliberação CVM nº 557, de 12-11-2008.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

DE LUCA, M.M.M. et al. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ENERGISA. Mato Grosso do Sul. 2016. Disponível em:

< <http://www.energisa.com.br/>> Acesso em: 10/06/2016

FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 356p

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FIGUEIREDO, Ivo. **Contabilidade Contribui para a Transparência e Credibilidade das empresas**. Revista CRC-PA - INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ. Pará, nº 5, out/nov/dez.2012.

FIPECAFI, **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23 ed. Ed. Atlas. São Paulo, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Marina. **As divergências e convergências nas informações**

disponibilizadas no balanço social entre os três modelos utilizados no Brasil.

2007.103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) - Curso de Ciências

Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em : tcc.bu.ufsc.br. Acesso em 23 mar. 2016.

GONÇALVES, Ernesto Lima (org) **Balanço social na América Latina**. Tradução Maria Aparecida Ataliba de L. Gonçalves. Livraria Pioneira Editoria. São Paulo: 1980.

FARIA, Adriano Legnari. **Pra sobreviver, empresas precisa ser transparente**. IBRACON, São Paulo, jul .2014. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br>. Acesso em 25 fev. 2016.

IUDÍCIBUS, S. de. **Utilização de informações contábeis para finalidades econômicas**. São Paulo: Boletim do contador, n.145, Ibracon, junho de 1990.

IUDICIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernersto Rubens, SANTOS, Ariovaldo do. **Manual de Contabilidade Societária**. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Contabilidade social**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: nº 120. nov./dez. 1999

KROETZ, César E. S. **Balanço Social — teoria e prática**. Sao Paulo: Atlas, 2000.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404compilada.htm. Acesso em: 15 de mar.2016

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 502 p

MORCH, R.B. et al. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de análise do impacto tributária para as empresas do setor elétrico**. RIC- Revista de Informação Contábil - UFPE, Recife, v.2, n.4, p.1-16, out./dez.,2008. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/view/106>. Acesso em 10 fev. 2016.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 2008.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Marcio Bobik. **A nova contabilidade social**. São Paulo:Saraiva, 2001. 297p.

RICHARDSON, RobersonJarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas,1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Contabilidade social**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1992.320p.

SANESUL. Mato Grosso do Sul. 2016. Disponível em:
<<http://www.sanesul.ms.gov.br/>>. Acesso em 10/06/2016

SANTOS, Ariovaldo dos; HASHIMOTO, Hugo. **Demonstração do Valor Adicionado: algumas considerações sobre carga tributária**. Revista de Administração, São Paulo, v.38, n. 2, p. 153-163, abr./mai./jun.2003

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e a analisar a DVA**. 2º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

SEMADE. Mato Grosso do Sul. 2016. Disponível em :
<<http://www.semade.ms.gov.br/>>. Acesso em 10/06/2016

SIMONSEN, M.H. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Apec, v.1,1975.

SIMONSEN, Márcio Henrique. **Macroeconomia**. 7.ed. Rio de Janeiro: Apec, 1979.

SANTOS,A.; HASHIMOTO,H. **Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre a carga tributária**. RAUSP - Revista de Administração da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, v.38,n.2,p.153-164, abr./maio/jun.2003.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Ariovaldo do, LUSTOSA, Paulo Roberto B. **Proposta de um modelo de DVA. Demonstração do Valor Adicionado - adequado ao novo desenho institucional e mercantil do setor elétrico brasileiro**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisa Economica - FIPE, 1998.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações.** São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.